

Título do capítulo	CAPÍTULO 3 FAMÍLIAS: ESPAÇOS DE CUIDADOS E ESPAÇOS A SEREM CUIDADOS
Autoras	Ana Amélia Camarano Daniele Fernandes
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578cap3

Título do livro	Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil
Organizadoras	Ana Amélia Camarano Luana Pinheiro
Volume	1
Série	-
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2023
Edição	1a
ISBN	9786556350578
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350578

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesso: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

FAMÍLIAS: ESPAÇOS DE CUIDADOS E ESPAÇOS A SEREM CUIDADOS^{1,2}

Ana Amélia Camarano³

Daniele Fernandes⁴

1 INTRODUÇÃO

Encontra-se na literatura um vasto material que mostra a importância da estrutura familiar como um mecanismo na reprodução de desigualdades de classe, raça e gênero (Wajman, 2012; Camarano e Fernandes, 2014; Itaboraí, 2015; Marcondes, 2017; Gandra, 2021; entre outros). Essa estrutura é afetada por tendências demográficas e socioeconômicas, como a redução da fecundidade, o aumento da expectativa de vida, mudanças em normas sociais relacionadas a uniões conjugais/dissoluções, reprodução, maternidade/paternidade, frequência escolar, participação das mulheres na força de trabalho, universalização da aposentadoria etc. Todos esses processos têm variado ao longo do tempo e ocasionado mudanças no sistema de valores, no direito de família e tributário, nas políticas sociais etc., o que também afeta as estruturas familiares. O resultado são estruturas mais complexas e, com elas, as suas necessidades, como a de cuidados não familiares.

Conhecer essas estruturas e suas transformações é importante porque é dentro delas que as decisões sobre trabalhar para prover a família ou cuidar dos membros dependentes são realizadas (Medeiros, 2000). Na América Latina, em momentos de crise, a família tem sido a instituição mais resistente no apoio a seus membros, muitas vezes se reorganizando para o atendimento das necessidades (Arriagada, 2004). É um espaço importante para facilitar as interações entre gerações, seu funcionamento e as transferências. É um espaço de solidariedade, mas também de conflito e disputa entre gêneros e gerações.

Na gestão dos cuidados, os vários arranjos familiares levam a desafios e enfrentamentos diferentes e são afetados por diferenças culturais. Por exemplo, na África Subsaariana, mães e avós são consideradas mães (Bures, 2009). Parker e Short *apud* Bures (2009) observaram que, nos domicílios chefiados por avós na

1. Este texto tem como referência Mioto (2004, p. 219).

2. As autoras agradecem a Joice Vieira pelos comentários na versão inicial deste capítulo.

3. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: <ana.camarano@ipea.gov.br>.

4. Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: <daniele.fernandes@ipea.gov.br>.

África Subsaariana, os netos apresentavam melhor rendimento escolar. Resultados semelhantes foram obtidos para o Brasil rural por Camarano (2002) e Brumer (2001). Crianças que moravam com avós que eram beneficiários da seguridade social trabalhavam menos e frequentavam mais a escola (Camarano, 2002).

A configuração das famílias é resultado de fatores demográficos (nupcialidade, fecundidade e mortalidade) e socioeconômicos, e mudanças em alguns deles podem resultar em alterações na sua composição, bem como nas condições de vida das pessoas. O tamanho da família é um determinante importante e, a partir dele e da estrutura etária, pode-se inferir o nível de apoio social com que os indivíduos podem contar. Entendendo quem mora com quem e os determinantes desse padrão, é possível antecipar as necessidades potenciais ao longo do curso da vida. Indivíduos que não têm filhos podem ter menos apoio familiar para contar quando envelhecem (Bures, 2009). No entanto, redes de apoio (públicas, comunitárias etc.) e coresidência podem desempenhar um papel importante no seu bem-estar.

Apesar do aumento da inserção das mulheres nas atividades econômicas, elas continuam sendo as primeiras responsáveis pelas atividades de cuidados, pois a participação masculina nessa esfera não acompanhou o crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Embora essa divisão de trabalho seja praticamente universal, a sua extensão varia entre países, porque é afetada não só pelas normas culturais e valores, mas também pela legislação vigente, pelo estágio do regime de bem-estar, pelas políticas públicas voltadas para família e emprego, pelos sistemas de proteção social e pelo momento no curso da vida (Anxo *et al.*, 2007).

A forma como a família se estrutura, ou seja, os arranjos, não é, por si só, nem boa nem ruim, tampouco neutra. Os arranjos são características importantes das sociedades em que estão inseridos os indivíduos. É necessário que os formuladores de políticas públicas levem em conta as suas características em suas propostas.

Como resultado da covid-19, o mundo passou por um longo período de quarentena econômica, social e sanitária, o que levou a que se concentrassem nos domicílios o trabalho remunerado, a educação, o lazer e outras atividades. Como as pessoas passavam mais tempo em casa, as necessidades de cuidado aumentaram. Em contrapartida, as taxas de desemprego cresceram, o que forneceu mais disponibilidade por parte dos indivíduos para atividades de cuidados, mas diminuiu os recursos financeiros para o atendimento das necessidades básicas. A reorganização dos arranjos tem sido uma estratégia utilizada pelas famílias brasileiras em momentos de crise. No caso de domicílios em que residem idosos, que são mais sujeitos ao risco do vírus, por um lado, requerem mais atenção, por outro, perderam parte dos cuidadores remunerados e/ou empregadas domésticas.

O objetivo deste capítulo é buscar entender como os diferentes arranjos familiares levam a desafios e enfrentamentos diferentes na gestão dos cuidados

familiares e inferir como foram afetados pela pandemia. Neste trabalho, considera-se como arranjo familiar o arranjo domiciliar, pois os dados disponíveis não permitem conhecer as relações familiares que extrapolam os limites domiciliares. Para o período de 1970 a 2010, dados censitários apontam que os domicílios brasileiros, particulares e permanentes, continuam sendo majoritariamente compostos por pessoas aparentadas, ou seja, por famílias (Marcondes, 2017).

A principal fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019 e de 2020 (quinta visita), o que permite a comparação da situação na pandemia com a situação sociodemográfica pré-pandemia. A PNAD de 2020 não levantou informações sobre o Auxílio Emergencial pago pelo governo durante o ano de 2020.⁵

Este capítulo está dividido em seis seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda, apresenta-se um breve resumo dos achados na literatura sobre as mudanças nos arranjos familiares brasileiros até 2019. Os impactos da pandemia na formação dos arranjos, utilizando da tipologia tradicional, e a consequente demanda/oferta de cuidados são analisados na terceira seção, na qual se comparam 2019 e 2020. Na quarta, o mesmo exercício é reproduzido, analisando-se os arranjos brasileiros segundo a tipologia que leva em conta o momento no ciclo de vida. Uma discussão dos resultados é apresentada na quinta seção, e a sexta traz os comentários finais.

2 AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ANTES DA PANDEMIA

Desde a segunda metade do século XX, a nupcialidade e o processo de constituição de famílias têm experimentado transformações expressivas tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. Novos padrões surgiram, como famílias reconstituídas, uniões homoafetivas, aumento nas taxas de divórcios/separações e de recasamentos, família monoparentais, casais com dupla renda e nenhuma criança (em inglês, DINC, *double income no children*) e não casamentos. A fecundidade continuou no seu processo de queda, atingindo níveis de sub-reposição. Cresceu o percentual de famílias que optaram por não ter filhos, e a população envelheceu. Tais mudanças continuam em curso. São resultados de três revoluções: i) contraceptiva, quando a sexualidade se dissocia da reprodução; ii) sexual, principalmente para as mulheres que separaram a sexualidade do casamento; e iii) no papel social da mulher, que afeta os contratos tradicionais de gênero, no qual o homem é o provedor e a mulher, cuidadora (Lesthaeghe, 1995).

5. Chama-se a atenção para o fato de que, em 2020, devido à pandemia de covid-19, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou impossibilitado de realizar as entrevistas presenciais da PNAD Contínua. Assim, a partir de abril, as entrevistas foram realizadas de forma telefônica. Todas as entrevistas da PNAD Contínua (trimestrais e a anual) foram realizadas dessa forma (IBGE, 2020).

O modelo predominante de arranjo das famílias brasileiras tem sido o do tipo casal com filhos, que, em 2010, correspondia a cerca de 50% do total. A proporção comparável para 1980 foi de 67,3%. Embora mantendo a sua predominância, essa tendência de queda continuou ao longo da década, sendo esse arranjo responsável por 43,9% do total em 2019, como se verá na próxima seção (Camarano e Fernandes, 2014).

Em contrapartida, todas as demais formas de arranjos aumentaram a sua importância no total. Relativamente falando, o maior aumento foi verificado nos domicílios formados por mulheres vivendo sozinhas, que passou de 4,9% para 9,3%, seguido dos domicílios compostos por homens sozinhos, por mães com filhos e casais sem filhos. A proporção de domicílios compostos por mulheres sozinhas e por mães com filhos, sem cônjuges, passou de 14,0% para 23,7% entre 1980 e 2010, como consequência de mudanças no seu papel social, reforçado pelo envelhecimento da população e pelo aumento dos divórcios/separações.

Outra mudança em curso no período foi o crescimento de famílias de mais de duas gerações. Entre 1992 e 2002, Beltrão, Camarano e Mello (2005) observaram um crescimento nessa proporção, que passou de 17,5% para 19,3%. Essas famílias são compostas, principalmente, por chefe idoso, filhos e netos. Marcondes (2017) encontrou que, em 1970, 17% dos brasileiros residiam em domicílios em que coabitavam casal, filhos e outros parentes, e essa proporção passou para 25% em 2010. Marcondes (2017) aponta, ainda, que, no Brasil, domicílios compostos por avós e netos, sem a presença de qualquer um dos pais biológicos, têm apresentado leve crescimento nas últimas três décadas. Esse padrão de coresidência e suporte intergeracional está associado, entre outros fatores, à redução de oportunidades econômicas para a população jovem nos últimos vinte anos e aponta para um novo papel do idoso na família e na sociedade. Esse novo papel está associado ao aumento da participação do seu rendimento nos orçamentos familiares, dada a ampliação do acesso aos benefícios da seguridade social (Saad, 2004; Camarano *et al.*, 2004; Coutrim, 2006).

As mudanças no papel da mulher se expressam, também, no crescimento da proporção de mulheres consideradas chefes do domicílio, principalmente no caso de mulheres com cônjuges. O percentual do total de domicílios chefiados por mulheres aumentou de 14,3% em 1980 para 38,7% em 2010, quase três vezes mais. No caso de mulheres com cônjuges, elas chefiavam 0,3% dos domicílios em 1980 e passaram a chefiar 22,9% em 2010, o que sugere mudanças nas relações de poder entre os casais.

A mudança na composição dos arranjos domiciliares observada entre 1980 e 2010 foi responsável pela redução de 1,5 ponto percentual (p.p.) na proporção de famílias pobres (Camarano e Fernandes, 2014). Analisando os dados das PNADs

de 1981 a 2011, Sakamoto (2014) encontrou que as mudanças na composição dos arranjos familiares tiveram um impacto positivo sobre a renda domiciliar *per capita*, especialmente nas áreas urbanas. As mudanças mais expressivas detectadas foram a redução da proporção dos casais com filhos e o aumento dos casais sem filhos.

O aumento das taxas de divórcios e recasamentos resultou em um novo tipo de arranjo familiar, que são as chamadas famílias reconstituídas, também conhecidas como famílias recompostas ou famílias mosaico. São famílias compostas por casal com pelo menos um filho não comum. Estas constituíam 8,1% do total de famílias brasileiras em 2010, mas há indícios do crescimento dessa proporção ao longo do tempo. Em termos de oferta e demanda de cuidados, para oferecer alguma conclusão sobre a questão, é necessário saber a idade dos membros e a duração da união das famílias.

Sintetizando, em termos de cuidados, que são o objeto deste livro, pode-se dizer que o movimento observado no período foi de redução da demanda por cuidados infantis e decréscimo mais acentuado da população idosa e do aumento do tempo que esse grupo passará demandando cuidados (Camarano, 2023). Essa avaliação advém da hipótese de que, ao longo da vida, em vários momentos, todas as pessoas necessitam ser cuidadas por outras. A intensidade da demanda é maior no início da vida e no fim. Embora abrangente, essa perspectiva não inclui os deficientes, as pessoas doentes e alguns adultos que por alguma razão não podem cuidar de si mesmos.

Outro ponto a ser destacado, que será explorado a seguir, é a redução em curso da oferta de cuidadores familiares potenciais. As novas coortes de população serão cada vez menores e possivelmente apresentarão uma proporção expressiva de mulheres que terminarão a vida reprodutiva sem filhos.

3 A PANDEMIA E OS ARRANJOS FAMILIARES SEGUNDO A TIPOLOGIA TRADICIONAL⁶

3.1 Visão geral

Esta seção se inicia com uma descrição geral da forma como as famílias brasileiras estavam organizadas antes da pandemia (2019) e como responderam a ela (2020), utilizando-se da tipologia tradicional de classificação dos arranjos. Chama-se a atenção para o fato de que o período considerado é pequeno para que se verifiquem mudanças significativas nas estruturas familiares, mas o objetivo é captar o efeito da pandemia nessas estruturas e na demanda/oferta familiar de cuidados.

6. Por tipologia tradicional, considera-se a utilizada pelo IBGE na divulgação dos dados (IBGE, 2022c; 2022d).

A tipologia tradicional desagrega os arranjos familiares tal como mostrado no quadro 1.

QUADRO 1

Desagregação dos arranjos familiares de acordo com a tipologia tradicional

Unipessoais	Nucleares	Estendidos
Mulher sozinha	Casal sem filhos ¹	Mulher sozinha e outros
Homem sozinho	Casal com filhos	Homem sozinho e outros
-	-	Casal sem filhos e outros
-	Mãe com filhos	Mãe com filhos e outros
-	-	Casal com filhos e outros
-	Pai com filhos	Pai com filhos e outros

Fonte: IBGE, 2022.

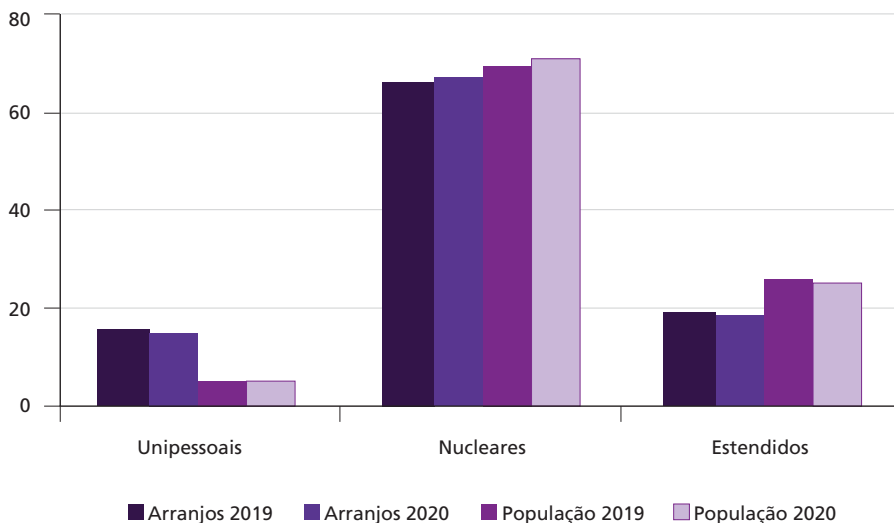
Nota: ¹ Quando se diz sem filhos, significa sem filhos morando no mesmo local. O casal pode ter tido filhos que não moram mais com eles.

Na categoria “outros”, estão incluídos “outros parentes” do chefe (pais, sogros, netos, avós, sobrinhos etc.), “empregados” e “agregados” que moram no domicílio, doravante chamados de parentes. Considera-se essa categoria importante porque permite inferir sobre familiares ou empregados que se agregam a um determinado núcleo para fazer face às suas necessidades e/ou dos demais membros no domicílio. Por exemplo, a presença de uma avó num domicílio com crianças pode favorecer o trabalho remunerado da mãe. Da mesma forma, essa avó pode receber cuidados dos demais moradores. Em geral, a sua renda contribui para o orçamento das famílias onde residem. Esses arranjos são chamados de arranjos estendidos dada a pequena frequência da categoria “empregados/agregados” que moram nos domicílios, em torno de 5% do total em 2019. Assim, será considerada apenas a categoria “outros parentes” nos arranjos estendidos.

Na análise aqui apresentada, a primeira desagregação considerada foi a de arranjos unipessoais, nucleares e estendidos, mostrados no gráfico 1. Como já salientado, não se esperam grandes mudanças no período, dado o curto intervalo de tempo. Os arranjos nucleares são predominantes em termos de número e de população residente, dois terços do total e 70% da população residente. O que se nota entre 2019 e 2020 é um leve aumento da proporção de arranjos nucleares e da população residente em detrimento dos unipessoais e estendidos,⁷ como se pode observar no gráfico 1. Uma segunda desagregação levou em conta a composição dos arranjos, o que será discutido nas próximas seções, iniciando-se com as famílias do tipo casal com filhos.

7. Essas variações foram pequenas e não estatisticamente significativas, mas optou-se por apresentá-las bem como outras, aguardando as próximas pesquisas para verificar se essa tendência se confirmará.

GRÁFICO 1
Brasil: distribuição dos arranjos familiares e da população residente
 (Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

3.2 As famílias do tipo casal com filhos

Os arranjos do tipo casal com filhos continuam sendo predominantes, apesar da tendência declinante já salientada. Em 2019, se encontravam nesse arranjo 43,7% das famílias brasileiras, proporção que aumentou ligeiramente para 44,1%. Em 2019, esses arranjos abrigavam 58,1% da população brasileira, proporção que cresceu ligeiramente para 58,3%, contrariando a tendência observada desde os anos 1980. Aí residiam aproximadamente três quartos das crianças (menores de 15 anos) e 62,4% dos jovens brasileiros, proporções que não se alteraram entre os dois anos. No conjunto da população desses arranjos, 5,2% eram parentes, cerca de 6,3 milhões, e a participação de mulheres entre os parentes era ligeiramente mais alta do que a dos homens (53,6%).

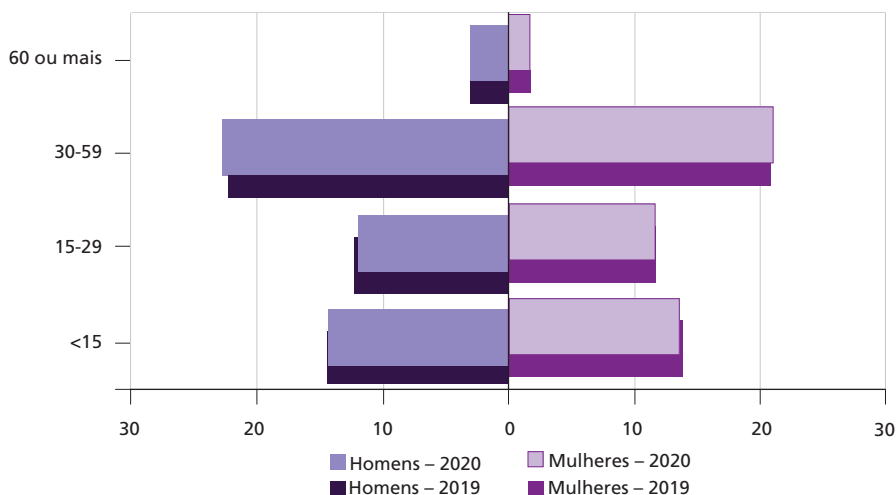
Quase a metade dos parentes eram crianças (48,2%), com menos de 15 anos, e outros 25,6% tinham entre 15 e 29 anos, provavelmente netos. Entre 2019 e 2020, a proporção de crianças parentes não se alterou, mas a de jovens e adultos diminuiu ligeiramente, enquanto a de homens idosos aumentou. Cerca de 20% dos moradores desses domicílios, em 2019, eram filhos com idade entre 20 e 29 anos, com uma alta predominância de homens, proporção bastante semelhante à observada em 2020, apontando para dificuldades dos jovens na saída da casa dos pais.

Desagregando esse arranjo nos dois tipos, observa-se um crescimento nos nucleares de 0,7 p.p. e uma redução de 0,3 p.p. nos estendidos. A seguir, apresenta-se uma comparação da distribuição por idade e sexo da população residente nesses dois tipos de arranjos nos gráficos 2 e 3. No primeiro caso, observa-se uma predominância de homens, o que acontece em todas as idades, especialmente a partir dos 30 anos. O inverso acontece no segundo caso, exceto entre as crianças, em que predominava o sexo masculino. A comparação das duas pirâmides mostra que os arranjos estendidos possuíam uma população mais velha do que os nucleares, apesar de contarem também com uma população relativamente maior de jovens; 24,1% e 26,6%, de nucleares e estendidos, respectivamente. Entre os jovens, predominavam as mulheres, que podem ser mães das crianças parentes. A presença de crianças na condição de parentes nos arranjos estendidos pode sugerir serem netos, filhos dos filhos adultos.

GRÁFICO 2

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares nucleares do tipo casal com filhos

(Em %)



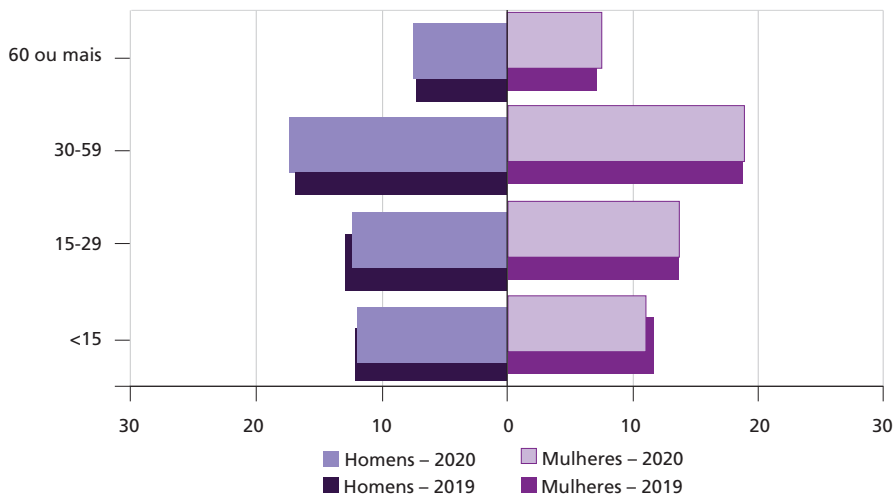
Fonte: IBGE, 2022.

A tabela 1 sumariza as principais características da população residente nos arranjos nucleares e estendidos do tipo casal com filhos. Os estendidos eram maiores, pois contavam com 1,5 parente e pessoas mais velhas, como já se mencionou, e apresentam uma proporção menor de chefes mulheres. A idade média dos chefes dos domicílios estendidos era de 51,8 anos, enquanto a dos chefes dos nucleares, 42,8 anos. Essa idade é compatível com a coresidência com netos e sobrinhos. Embora contivessem mais pessoas ocupadas, mais beneficiários de programas sociais e

menor dependência da renda do chefe, o rendimento médio mensal *per capita* dos estendidos era menor do que os nucleares, pois a diferença no número de pessoas ocupadas não compensou o maior número de residentes e de pessoas desocupadas.

GRÁFICO 3

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares estendidos do tipo casal com filhos
(Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

O que se observou no período considerado nos dois casos foi um aumento no número de beneficiários de programas sociais, provavelmente o Auxílio Emergencial, embora o tipo de benefício não esteja especificado. Também se observou um aumento de mulheres chefiando esses dois tipos de domicílios paralelamente a uma redução na proporção das que trabalhavam e de pessoas ocupadas. Diminuiu, nos dois casos, a dependência da renda do chefe e do idoso. Apesar disso, o rendimento médio domiciliar *per capita* ficou constante, provavelmente devido ao impacto do Auxílio Emergencial.

TABELA 1

Algumas características das famílias brasileiras do tipo casal com filhos (2019 e 2020)

	Casal com filhos		Casal com filhos e outros parentes	
	2019	2020	2019	2020
Proporção (%)	37,9	38,6	5,8	5,5
Chefes homens (%)	69,0	65,7	64,4	60,5
Chefes mulheres (%)	31,0	34,3	35,6	39,5
Mulheres que trabalham (%)	85,2	84,9	81,3	78,9

(Continua)

(Continuação)

	Casal com filhos		Casal com filhos e outros parentes	
	2019	2020	2019	2020
Tamanho médio	3,7	3,7	5,3	5,2
Número médio de filhos	1,7	1,7	1,8	1,7
Número médio de parentes	0,0	0,0	1,5	1,5
Número médio de pessoas ocupadas	1,7	1,6	2,0	1,8
Número médio de pessoas desocupadas	0,2	0,2	0,4	0,4
Idade média do chefe	42,8	43,0	51,8	51,8
Número médio de beneficiários de programas sociais ¹	0,2	0,4	0,3	0,6
Proporção da renda que depende da renda do idoso (%)	10,1	9,1	26,5	25,4
Proporção da renda que depende da renda do chefe (%)	53,4	52,8	38,4	37,0
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ²	1,1	1,1	0,8	0,8

Fonte: IBGE, 2022.

Notas: ¹ Pessoas que disseram receber Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família ou outros programas sociais.² Em número de salários mínimos (SMs).

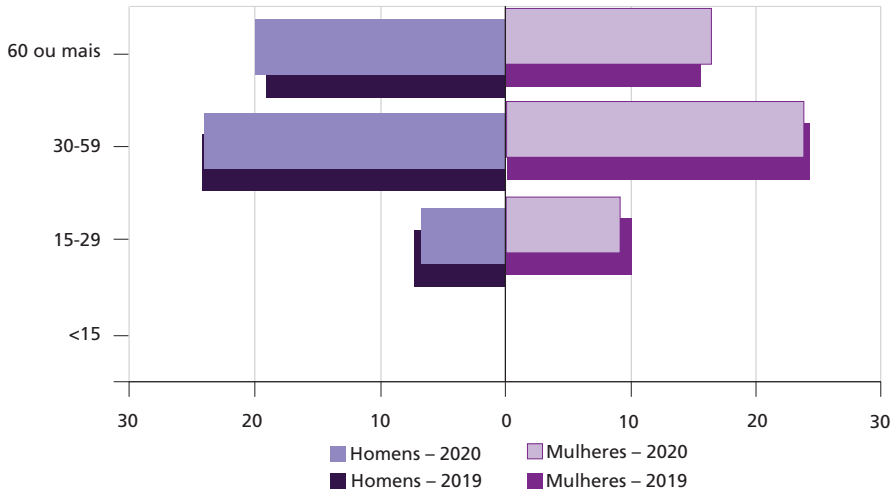
3.3 As famílias do tipo casal sem filhos

O segundo arranjo em importância é o formado por casais sem filhos, responsável por 17,9% do total de arranjos em 2019 e por 13,0% da população brasileira, sendo 34,6% pessoas idosas, o que é condizente com o seu momento no curso da vida. Nesse arranjo se encontravam 34,0% da população idosa brasileira, sendo 82,5% nos nucleares e 17,5% nos estendidos, em 2019. Observou-se um aumento na proporção da população idosa residindo nesse tipo de arranjo para 36,1%, mas apenas 6,4% estavam no arranjo com parentes, estendidos. Comparado ao arranjo anterior, esse era menor pela ausência de filhos e um número menor de parentes, e também tinham pessoas com mais idade. Observou-se, além disso, um aumento da chefia feminina nos arranjos estendidos.

Os gráficos 4 e 5 apresentam a distribuição etária e por sexo da população residente nos arranjos nucleares e nos estendidos, respectivamente. Em ambos, pode-se falar em um equilíbrio na distribuição por sexo de sua população. Nos nucleares, cerca de 83% dos residentes tinham mais de 30 anos, destacando-se a predominância de homens entre os idosos, o que leva a se pensar que sejam maridos de mulheres mais novas, cujos filhos já saíram de casa.

GRÁFICO 4

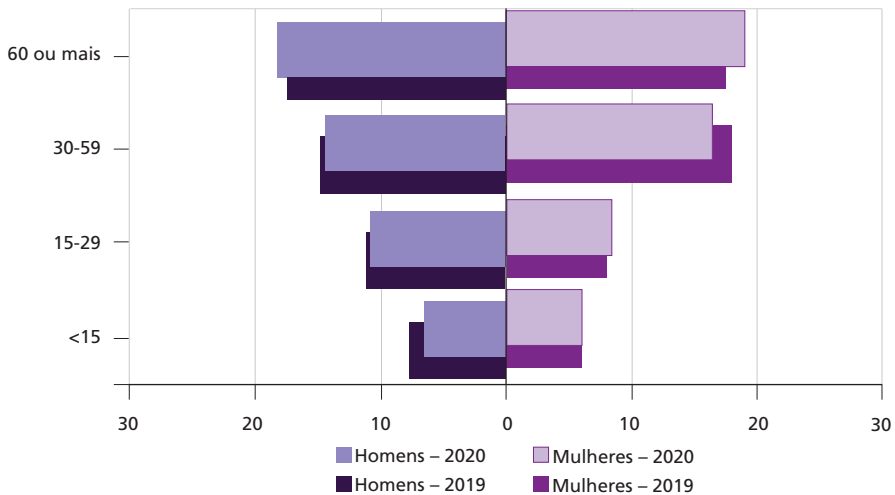
Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares nucleares do tipo casal sem filhos
(Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

GRÁFICO 5

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares estendidos do tipo casal sem filhos
(Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

A tabela 2 permite comparar algumas características desse arranjo nas suas duas formas. Os arranjos estendidos eram maiores, cerca de 40% dos moradores eram parentes e por isso eram também mais jovens: 34,2% dos parentes tinham menos de 15 anos e 35,4% tinham entre 15 e 29 anos, provavelmente netos cor-residindo com avós sem a presença de pais. Já o percentual de parentes idosos não ultrapassou 20% nos dois anos. Não se observaram mudanças nas proporções de parentes por idade nos dois anos.

Essas famílias, mesmo não tendo filhos residindo, podem ter netos ou sobri-nhos, já que os que se agregaram a essas famílias são predominantemente crianças e jovens, o que é compatível com a idade média dos chefes (56,3 anos), quase cinco anos mais elevada do que a dos chefes dos arranjos nucleares. A proporção de chefes mulheres era mais baixa nesses dois arranjos se comparada à do tipo casal com filhos, e a proporção de mulheres que trabalhava é mais alta, o que pode ser explicado pela não presença de filhos. A dependência da renda do idoso era mais alta, e o rendimento médio domiciliar *per capita*, mais elevado.

TABELA 2
Algumas características das famílias brasileiras do tipo casal sem filhos (2019 e 2020)

	Casal sem filhos		Casal sem filhos e outros parentes	
	2019	2020	2019	2020
Proporção (%)	15,9	15,9	2,0	2,1
Chefes homens (%)	70,1	68,4	65,9	61,8
Chefes mulheres (%)	29,9	31,6	34,1	38,2
Mulheres que trabalham (%)	90,8	88,6	83,8	84,8
Tamanho médio	2,0	2,0	3,3	3,3
Número médio de filhos	0,0	0,0	0,0	0,0
Número médio de parentes	0,0	0,0	1,3	1,3
Número médio de pessoas ocupadas	1,1	1,0	1,2	1,1
Número médio de pessoas desocupadas	0,1	0,1	0,2	0,2
Idade média do chefe	50,9	51,6	56,3	57,4
Número médio de beneficiários de programas sociais ¹	0,1	0,2	0,2	0,4
Proporção da renda que depende da renda do idoso (%)	37,7	37,4	50,1	50,9
Proporção da renda que depende da renda do chefe (%)	58,8	58,8	47,1	46,5
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ²	2,0	1,8	1,1	1,0

Fonte: IBGE, 2022.

Notas: ¹ Pessoas que disseram receber BPC, Programa Bolsa Família ou outros programas sociais.

² Em número de SMs.

Em termos de rendimento médio mensal *per capita*, foram os arranjos nucleares do tipo casal sem filhos conjuntamente com os formados por mulheres e homens sozinhos, como será visto a seguir, que apresentaram os mais elevados

rendimentos médios *per capita*. O percentual de mulheres que trabalhavam e a renda domiciliar estavam proporcionalmente bem divididos entre os dois moradores. Já o rendimento dos arranjos estendidos foi quase a metade dos primeiros, equivalente aos arranjos estendidos de casais com filhos. Embora o número médio de pessoas ocupadas e de beneficiários fosse ligeiramente maior, isso não foi suficiente para compensar o número de crianças do domicílio, e o rendimento *per capita* ficou mais baixo. Chama-se a atenção para o fato de metade da renda dessas famílias ser proveniente da renda dos idosos.

Entre 2019 e 2020, pode-se falar de um aumento da chefia feminina, mais expressiva nos arranjos estendidos, e também de um aumento da população que recebia benefícios sociais. Mas esse aumento não foi suficiente para impedir a queda no rendimento mensal *per capita*, mais acentuada nesse caso devido à queda na população ocupada.

3.4 As famílias do tipo mães com filhos

As famílias formadas por mães com filhos foram responsáveis por cerca de 15% das famílias brasileiras e 16,1% da população em 2019, ficando em terceiro lugar em importância. Nesse arranjo residiam 19,1% das crianças brasileiras e 13,5% da população idosa, composta basicamente por mulheres. Ambas as proporções não se alteraram no período. Essas famílias tinham um rendimento mensal menor do que o do casal com filhos, pois, apesar de terem menos filhos, contavam com um número menor de pessoas que trabalhavam.

Desagregando em nucleares e estendidos, observa-se que os últimos foram responsáveis por quase um terço dos arranjos do tipo mãe com filhos e por 41,4% de sua população, proporção ligeiramente decrescente no período. Nesse modelo de família, residia 1,7 parente, um número ligeiramente maior do que o de filhos e crescente no período. No entanto, 47,8% dos parentes tinham menos de 15 anos, o que leva a crer que sejam netos. A idade média da chefe, 56,7 anos, reforça essa hipótese. A proporção de mulheres que trabalhava era mais baixa, já o número de pessoas desocupadas, bem como o de beneficiários de programas sociais, mais altos. As chefes eram mais velhas, e o rendimento médio estava entre os mais baixos das famílias consideradas. Os gráficos 6 e 7 apresentam a distribuição etária e por sexo dos residentes. Como esperado, as mulheres predominavam nesses arranjos, a partir dos 30 anos nos nucleares e a partir de 15 nos estendidos. Estes são ligeiramente mais envelhecidos do que os primeiros.

TABELA 3
Algumas características das famílias brasileiras do tipo mães com filhos (2019 e 2020)

	Mãe com filhos		Mãe com filhos e outros parentes	
	2019	2020	2019	2020
Proporção (%)	10,4	10,8	4,5	4,3
Chefes homens (%)	0,0	0,0	0,0	0,0
Chefes mulheres (%)	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres que trabalham (%)	84,6	79,7	81,0	78,4
Tamanho médio	2,6	2,6	4,3	4,3
Número médio de filhos	1,6	1,6	1,6	1,5
Número médio de parentes	0,0	0,0	1,7	1,8
Número médio de pessoas ocupadas	1,1	0,9	1,5	1,3
Número médio de pessoas desocupadas	0,2	0,3	0,4	0,4
Idade média do chefe	49,0	48,9	56,7	56,6
Número médio de beneficiários de programas sociais ¹	0,2	0,5	0,3	0,6
Proporção da renda que depende da renda do idoso (%)	18,1	16,9	29,2	27,4
Proporção da renda que depende da renda do chefe (%)	66,7	68,1	42,9	42,7
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ²	1,0	0,9	0,8	0,8

Fonte: IBGE, 2022.

Notas: ¹ Pessoas que disseram receber BPC, Programa Bolsa Família ou outros programas sociais.

² Em número de SMs.

GRÁFICO 6
Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares nucleares do tipo mãe com filhos
 (Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

GRÁFICO 7

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares estendidos do tipo mãe com filhos
(Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

No período estudado, observou-se um leve aumento na proporção dos arranjos nucleares em detrimento dos estendidos. Como nos arranjos anteriores, a proporção de mulheres que trabalhavam diminuiu, bem como a de ocupados, e aumentou o número de beneficiários de programas sociais. Mas o rendimento mensal *per capita* diminuiu.

3.5 As famílias do tipo pais com filhos

São muito poucas as famílias formadas por pais com filhos sem a presença da mãe/cônjuge. Não ultrapassam 2,5% nos dois anos considerados, tendo inclusive se reduzido no primeiro ano da pandemia. O mesmo aconteceu com relação à população abrigada nesse arranjo: de 2,4% para 2,1%. Dada a sua baixa frequência, não se procederá aqui a uma análise mais desagregada desse grupo.

3.6 As famílias unipessoais: homens e mulheres sozinhas

Mulheres e homens morando sozinhos ou com parentes respondiam por cerca de 20% dos arranjos brasileiros, abrigando aproximadamente 10% da população total. Esses são arranjos menores, por definição, e com uma estrutura etária mais envelhecida; um terço de sua população é idosa, equivalendo a um quarto da população idosa nacional. Nos arranjos estendidos, quase dois terços de sua população é formada por outros parentes (cerca de 1,7), tanto no caso masculino

quanto no feminino. De uma maneira geral, as mulheres predominam entre os outros parentes, e os arranjos femininos são mais envelhecidos. A agregação de parentes tornou as famílias maiores, mas o seu rendimento médio mensal ficou mais baixo, embora o número de pessoas que trabalham fosse bem mais alto. Em contrapartida, comparando com o rendimento das famílias estendidas formadas por casais com filhos e de mães com filhos, este apresentou-se ligeiramente mais elevado (tabela 4).

TABELA 4
Algumas características das famílias brasileiras unipessoais

	Mulher sozinha		Mulher sozinha e outros parentes		Homem sozinho		Homem sozinho e outros parentes	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Proporção (%)	6,9	6,8	2,7	2,8	8,2	8,1	1,9	2,1
Chefes homens (%)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefes mulheres (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mulheres que trabalham (%)	92,3	89,6	84,9	81,4	0,0	0,0	84,1	86,2
Tamanho médio	1,0	1,0	2,6	2,6	1,0	1,0	2,7	2,7
Número médio de filhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Número médio de parentes	0,0	0,0	1,6	1,6	0,0	0,0	1,7	1,7
Número médio de pessoas ocupadas	0,4	0,3	0,9	0,8	0,7	0,6	1,4	1,4
Número médio de pessoas desocupadas	0,03	0,04	0,2	0,2	0,05	0,1	0,2	0,2
Idade média do chefe	60,0	61,1	55,6	56,0	48,6	48,4	40,6	39,5
Número médio de beneficiários de programas sociais ¹	0,1	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3
Proporção da renda que depende da renda do idoso (%)	57,7	59,8	45,2	49,5	27,2	26,5	27,3	28,7
Proporção da renda que depende da renda do chefe (%)	100,0	100,0	53,0	52,2	100,0	100,0	45,7	46,3
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ²	2,2	2,1	1,2	1,1	2,2	2,2	1,3	1,4

Fonte: IBGE, 2022.

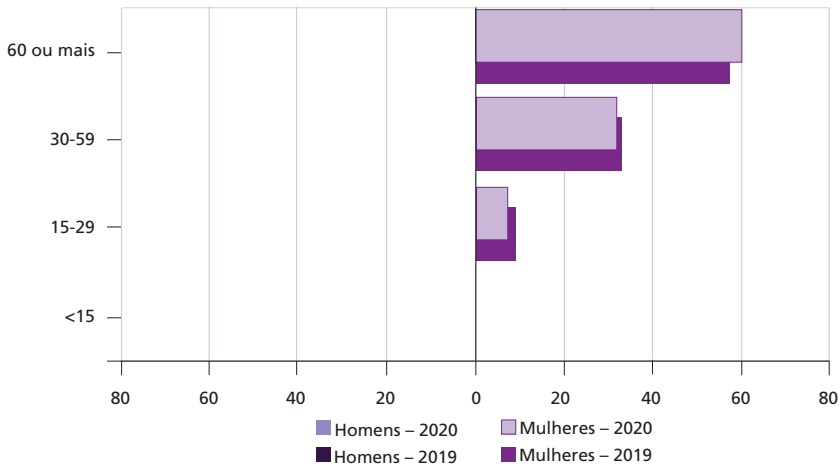
Notas: ¹ Pessoas que disseram receber BPC, Programa Bolsa Família ou outros programas sociais.

² Em número de SMS.

Os gráficos 8, 9, 10 e 11 mostram a composição etária e por sexo desses arranjos (femininos, masculinos, nucleares e estendidos). Essa composição é completamente diferente, a depender do arranjo, embora ambos sejam constituídos por uma população envelhecida. No feminino, 57,5% da população era idosa e, no masculino, 58,1% tinham de 30 a 59 anos, em 2019. Os estendidos eram mais jovens pela agregação de pessoas de outras idades; a idade média dos chefes estendidos era cerca de cinco anos mais baixa do que a dos nucleares, o que permite supor que

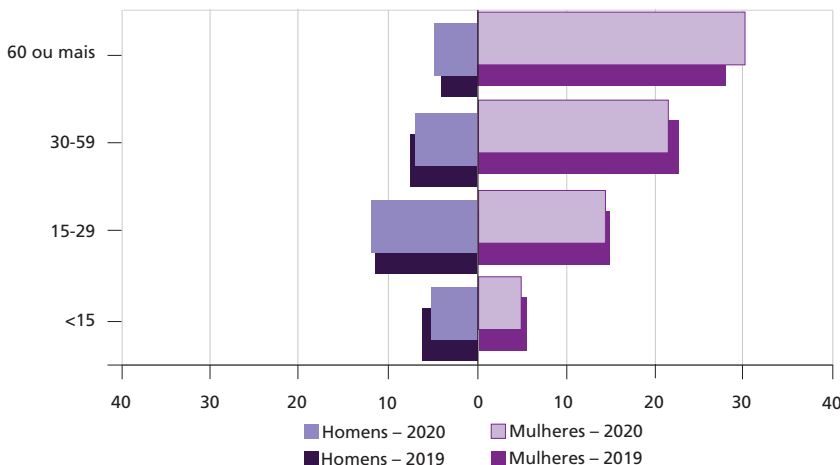
as idosas agregadas sejam mães/tias dos chefes. Também nesse caso, o rendimento médio mensal *per capita* era quase a metade do observado para os arranjos nucleares, embora a dependência da renda do chefe fosse menor.

GRÁFICO 8
Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares nucleares do tipo mulher sozinha
 (Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

GRÁFICO 9
Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares estendidos do tipo mulher sozinha
 (Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

GRÁFICO 10

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares nucleares do tipo homem sozinho

(Em %)

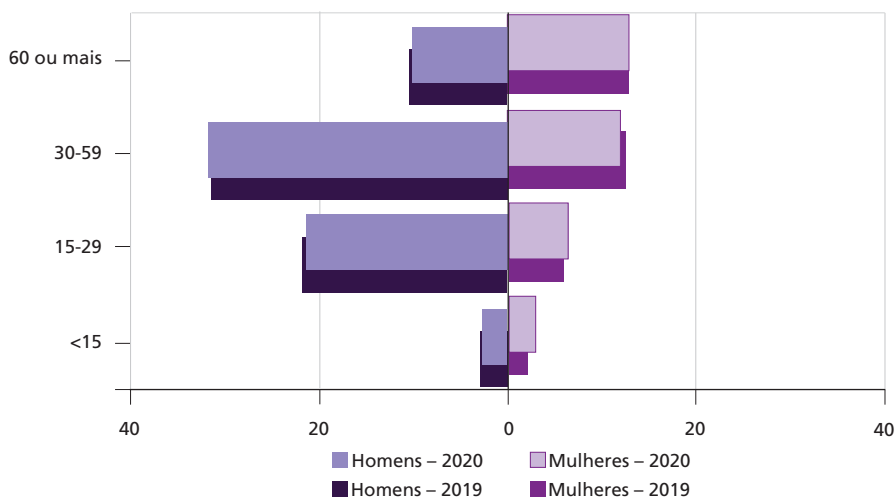


Fonte: IBGE, 2022.

GRÁFICO 11

Brasil: distribuição etária e por sexo da população dos arranjos domiciliares estendidos do tipo homem sozinho

(Em %)



Fonte: IBGE, 2022.

O que se observou no primeiro ano da pandemia foi, como nos demais arranjos, redução da população ocupada, aumento no número de pessoas que recebiam benefícios sociais, maior dependência da renda do idoso e redução do rendimento mensal *per capita*.

4 OS ARRANJOS FAMILIARES SEGUNDO O CICLO DE VIDA

Camarano e Fernandes (2014) também analisaram os arranjos familiares brasileiros de acordo com o momento da mulher no ciclo de vida familiar, considerando a sua idade e a dos filhos. Essa classificação tem por objetivo captar as mudanças acarretadas pela diminuição das taxas de fecundidade, pelo adiamento do casamento e do primeiro filho e pelo envelhecimento populacional na formação das famílias. É uma abordagem útil para medir as estruturas familiares como demandantes e provedoras de cuidados e assume que as pessoas se situam num contínuo que abarca desde situações de total dependência, passam por situações de autonomia potencial, quando podem se responsabilizar pelo seu próprio cuidado ou de outras pessoas, até o retorno ou perda gradativa dessa capacidade de cuidar, quando se tornam mais dependentes do cuidado de outros.

A tipologia utilizada foi proposta por Arriagada (2004), que considera apenas os domicílios que são formados por casais, sem incluir os monoparentais nem os formados por pessoas vivendo sozinhas. Dos 25 milhões de arranjos familiares detectados pelos Censos Demográficos de 1980 e 2010, 21,2% e 34,9%, respectivamente, não se enquadravam na tipologia mencionada. Essa variação observada aponta para um crescimento da complexidade apresentada pelas famílias na sua constituição: crescimento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e unipessoais femininos. O Censo de 2010 permitiu, ainda, a identificação de casais homossexuais, que representavam 0,1% do total de arranjos naquele ano, embora esses dados provavelmente sejam subestimados (Camarano e Fernandes, 2014).

A tipologia analisada cobriu, portanto, 78,8% e 65,1% do total de arranjos brasileiros, em 1980 e 2010, respectivamente. Nesses dois anos, a modalidade mais importante foi a constituída por famílias classificadas na etapa de consolidação e saída, ou seja, constituída por casais com filhos com 13 anos ou mais. Esses foram responsáveis por 42,1% e 44,7% do total de arranjos considerados em 1980 e 2010, respectivamente. Ao se incluírem nesse grupo os domicílios monoparentais, levando em conta a idade dos filhos, o percentual de famílias nessa etapa alcançaria 52,3% em 2010. Isso aponta para uma redução da demanda de cuidados, ou seja, de famílias com crianças pequenas, e para um aumento nas famílias com adultos, bem como para rendimentos médios domiciliares *per capita* mais elevados. Esse processo é decorrente da queda da fecundidade e do envelhecimento populacional (Camarano e Fernandes, 2014).

Também como consequência do processo de envelhecimento, o percentual de domicílios na etapa de ninho vazio mais que dobrou, passando de 7,1% para 14,8% entre 1980 e 2010. Ou seja, são casais sem filhos nos quais a mulher tem mais de 40 anos que podem constituir arranjos não continentais, isto é, só de idosos sem adultos morando. São arranjos em que a estrutura de apoio familiar é mais frágil.

Outra modalidade cuja proporção cresceu no período analisado é a de casal jovem sem filhos, em que a mulher tem menos de 40 anos. Essa proporção passou de 7,7% para 9,7% no período analisado (Camarano e Fernandes, 2014). Tradicionalmente, a combinação de trabalho pago e cuidado com crianças afeta mais as mães, que muitas vezes têm a sua carreira afetada, podendo ter até que deixar o mercado de trabalho. A opção pela carreira leva à redução do número de filhos e/ou escolha de não ter filhos, o que tem resultado em níveis baixíssimos de fecundidade e a um novo tipo de arranjo familiar: famílias DINC. No entanto, não se pode saber se essas famílias ainda terão filhos.

Em contrapartida, observou-se uma queda acentuada no percentual de famílias na etapa de início, que são casais com crianças com menos de 5 anos, cuja proporção diminuiu de 22,2% para 12,9% entre 1980 e 2010, como consequência da queda da fecundidade. Também diminuiu o percentual de famílias na fase de expansão e crescimento, cujo percentual passou de 20,9% para 17,7% do total de arranjos estudados, pelo mesmo fator demográfico. A redução da proporção de famílias com filhos pequenos, de famílias na etapa de início e de expansão e de monoparentais com filhos levou a uma diminuição na proporção de famílias pobres (Camarano e Fernandes, 2014).

4.1 Os arranjos na perspectiva do ciclo da vida

Esta subseção analisa os arranjos familiares brasileiros sob a ótica do ciclo de vida, também em 2019 e 2020. Para isso, trabalha-se com uma adaptação das propostas de classificação feitas por Arriagada (2004) e Anxo *et al.* (2007) e incluem-se outras formas não consideradas pelas autoras. O quadro 2 descreve os cinco tipos considerados e como eles são formados.

QUADRO 2
Etapas do ciclo de vida familiar

Tipologia	
Casal jovem sem filhos	Casais sem filhos em que a mulher tem menos de 40 anos
Etapas de início	Casais apenas com crianças com 6 anos ou menos
Etapas de expansão ou crescimento	Casais com filhos com idade entre 7 e 17 anos (independentemente da idade do filho mais novo)
Etapas de consolidação e saída	Casais com filhos com 18 anos ou mais
Ninho vazio	Casais sem filhos em que a mulher tem 50 anos ou mais

Fonte: Arriagada (2004) e Anxo (2007).

Em 2019, esses arranjos abarcavam 59,4% do total de arranjos brasileiros, proporção que aumentou para 59,7% em 2020. Dessa forma viviam, em média, 3,5 pessoas nos dois anos. As tabelas 5 e 6 apresentam algumas características desses grupos segundo a tipologia proposta. Mantendo a tendência anterior, o arranjo predominante é o que estava na fase de consolidação e saída; respondia por 18,4% do total em 2019 e 2020. É, também, o que apresentava um número maior de moradores por domicílio (4,2 nos dois anos).

TABELA 5
Algumas características das famílias brasileiras segundo o ciclo de vida familiar (2019)

	Casal jovem sem filhos	Etapa de início	Etapa de expansão ou crescimento	Etapa de consolidação e saída	Ninho vazio	Total
Proporção (%)	5,7	9,0	16,5	18,4	9,8	59,4
Chefes homens (%)	69,6	69,3	67,5	68,9	70,2	68,9
Chefes mulheres (%)	30,4	30,7	32,5	31,1	29,8	31,1
Mulheres que trabalham (%)	87,2	85,6	86,1	83,1	93,7	85,5
Tamanho médio	2,1	3,3	4,0	4,2	2,2	3,5
Número médio de filhos	0,0	1,3	1,9	1,8	0,0	1,3
Número médio de parentes	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2
Número médio de pessoas na população economicamente ativa (PEA)	1,8	1,6	1,7	2,4	0,8	1,8
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,04	0,03	0,1	0,5	1,1	0,4
Idade média do chefe	31,4	32,2	39,4	54,0	64,7	46,2
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	45,7	45,2	38,0	26,8	17,6	33,0
Proporção da renda que depende do chefe (%)	55,3	56,4	57,2	45,4	59,7	53,0
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	2,0	1,1	0,9	1,2	1,8	1,2

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

TABELA 6
Algumas características das famílias brasileiras segundo o ciclo de vida familiar (2020)

	Casal jovem sem filhos	Etapa de início	Etapa de expansão ou crescimento	Etapa de consolidação e saída	Ninho vazio	Total
Proporção (%)	5,4	9,3	16,4	18,4	10,1	59,7
Chefes homens (%)	68,3	65,8	64,0	65,9	68,0	65,9
Chefes mulheres (%)	31,7	34,2	36,0	34,1	32,0	34,1
Mulheres que trabalham (%)	85,7	86,4	86,5	81,3	91,1	84,6

(Continua)

(Continuação)

	Casal jovem sem filhos	Etapa de início	Etapa de expansão ou crescimento	Etapa de consolidação e saída	Ninho vazio	Total
Tamanho médio	2,1	3,3	3,9	4,2	2,2	3,5
Número médio de filhos	0,0	1,3	1,9	1,8	0,0	1,3
Número médio de parentes	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2
Número médio de pessoas na PEA	1,8	1,5	1,6	2,2	0,7	1,6
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,03	0,03	0,1	0,4	1,1	0,2
Idade média do chefe	31,5	32,5	39,7	53,9	65,0	46,5
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	48,0	46,0	41,2	29,0	18,5	35,0
Proporção da renda que depende do chefe (%)	56,7	58,4	56,2	43,5	57,8	52,4
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	2,0	1,2	0,9	1,1	1,6	1,2

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

Além da maior proporção, o arranjo de consolidação e saída contava com 1,8 filho com 18 anos ou mais; 67,8% tinham entre 15 e 29 anos, com predominância masculina. Esse resultado é consistente com o observado na seção anterior, no caso das famílias formadas por casal com filhos. As famílias aqui consideradas contavam com um número maior de pessoas que trabalhavam, nos dois anos, apesar de esse número ter diminuído em 2020. A dependência da renda do chefe era menor, pois os filhos contribuíam com cerca de 23% da renda familiar, também nos dois anos. Contavam com maior número de parentes, aproximadamente 10% dos residentes, dos quais cerca de 26% tinham menos de 5 anos de idade, nos dois anos (provavelmente, netos do chefe). Chama-se a atenção para o fato de a idade média do chefe ser de 54 anos e de aproximadamente 13% dos moradores terem 60 anos ou mais, o que é compatível com a presença de netos. Nesse grupo se encontrava 0,5 beneficiário da seguridade social em 2019 e 0,4 em 2020, cujos rendimentos contribuíam com 23,5% da renda total dessas famílias nos dois anos.

Em segundo lugar, estavam os arranjos em expansão e crescimento, que respondiam por outros 16,5% do total e abrigavam quatro pessoas em média, sendo cerca de metade dos moradores constituída por filhos. Esse arranjo, conjuntamente com aqueles em fase de consolidação e saída, era responsável por mais de um terço das famílias, onde moravam cerca de 101 milhões de pessoas, aproximadamente a metade da população brasileira. Em 2020, observou-se uma pequena redução nessa proporção e no número médio de moradores, mas nesse ano ainda residiam cerca de 22% da população brasileira. Esses arranjos foram os que apresentaram o menor rendimento mensal *per capita*, um maior número de filhos e um menor número de pessoas na PEA, comparados aos demais arranjos

no período analisado. Os chefes eram mais novos, e a renda da família era altamente dependente da renda do trabalho (92,5%). Apesar de essa participação ter diminuído, ela continuou alta, representando 89,4% (tabelas 5 e 6).

Em terceiro lugar em importância estão os ninhos vazios, que eram responsáveis por 9,8% e 10,1% dos arranjos familiares brasileiros em 2019 e 2020, respectivamente. Abrigavam 7,3% e 7,5% da população, sendo que 60,1% dos residentes tinham 60 anos ou mais nos dois anos e cerca de 30% tinha entre 50 e 59 anos, sendo quase dois terços formados por mulheres. Pode-se supor que sejam cônjuges que poderiam cuidar dos maridos idosos. Contavam com apenas 0,2 parente.

Esses arranjos, juntamente com os casais jovens sem filhos, são os que apresentavam o maior rendimento mensal *per capita*. No primeiro caso, cita-se a importância do benefício da seguridade social, dado que a metade dos moradores eram beneficiários e apenas 0,8 fazia parte da PEA em 2019, número este que caiu para 0,7 (tabela 6).

Os arranjos do tipo casais jovens sem filhos foram responsáveis por 5,7% e 5,4% do total, em 2019 e 2020, respectivamente, e por cerca de 4% da população brasileira. Nesse grupo residiam, em média, 2,1 pessoas, das quais 1,8 estava na PEA, nos dois anos. Foram encontrados chefes com a escolaridade mais elevada e mais novos, bem como rendimento mensal *per capita* mais alto; 95,6% da renda das famílias vinha da renda do trabalho.

Finalmente, o último arranjo aqui considerado, etapa de início, foi responsável por 9,0% do total em 2019 e 9,3% em 2020, onde residiam quase 10,5% da população brasileira. Nessas famílias moravam 1,3 filho e 0,1 parente. Entre os moradores, 28,7% tinham menos de 5 anos. À exceção dos ninhos vazios, foi o arranjo que contou com o menor número de pessoas na PEA e, como os demais arranjos que tinham filhos, apresentava o mais baixo rendimento médio *per capita*. No entanto, os chefes desses arranjos eram os mais escolarizados.

4.2 Outros arranjos

Como se viu anteriormente, os arranjos familiares brasileiros são mais complexos do que os propostos por Arriagada (2004) e Anxo *et al.* (2007); cerca de 40%⁸ não foram enquadrados nesses arranjos, o que corresponde a 29 milhões, proporção mais elevada do que a observada em 2010 (34,9%). Esse aumento se deveu ao grande crescimento dos domicílios monoparentais chefiados por mulheres e, também, por unipessoais, tanto masculinos quanto femininos, sinalizando para uma

8. Nesses 40% estão incluídos os casais sem filhos em que a mulher tinha de 40 a 49 anos, mas o percentual era muito baixo (2,3%, em 2019).

maior diversificação na composição familiar. Partindo dessa tipologia, utilizou-se a classificação para os demais arranjos, mostrada no quadro 3.

QUADRO 3
Classificação dos outros arranjos

Monoparentais				Unipessoais				Chefes sem cônjuges		Famílias homoafetivas
Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Homens	Mulheres	
Com filhos menores de 18 anos	Com filhos maiores de 18 anos	Com filhos menores de 18 anos	Com filhos maiores de 18 anos	Menos de 50 anos	Mais de 50 anos	Menos de 50 anos	Mais de 50 anos			

Fonte: IBGE, 2022.

A tabela 7 apresenta a distribuição percentual dos arranjos descritos no quadro 3 referentes a 2019 e 2020. Esses eram responsáveis por cerca de 40% do total de arranjos nos dois anos, sendo mais importantes os arranjos monoparentais femininos, com predominância daqueles que tinham filhos com mais de 18 anos e, em seguida, os unipessoais femininos com mulheres acima de 50 anos. Em terceiro, vinham os monoparentais femininos com filhos menores de 18 anos. Considerando os arranjos com filhos, incluindo os monoparentais masculinos e homoafetivos, se encontravam aproximadamente 39 milhões de residentes, que, se somados aos 122 milhões dos arranjos nas etapas de início, expansão e consolidação, equivalem a três quartos da população brasileira vivendo em domicílios com filhos, nos dois anos considerados.

TABELA 7
Distribuição percentual dos arranjos domiciliares – outros arranjos (2019 e 2020)

	2019		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Monoparental feminino com filhos menores de 18 anos	3.363.103	4,8	3.463.257	4,8
Monoparental feminino com filhos de 18 anos ou mais	7.374.225	10,4	7.451.847	10,4
Monoparental masculino com filhos menores de 18 anos	461.404	0,7	425.239	0,6
Monoparental masculino com filhos de 18 anos ou mais	1.275.364	1,8	1.168.698	1,6
Unipessoal feminina – pessoa com menos de 50 anos	1.268.604	1,8	1.132.570	1,6
Unipessoal feminina – pessoa com 50 anos ou mais	3.606.912	5,1	3.728.549	5,2
Unipessoal masculina – pessoa com menos de 50 anos	3.120.667	4,4	3.183.075	4,4
Unipessoal masculina – pessoa com 50 anos ou mais	2.684.272	3,8	2.595.062	3,6
Chefiados por mulher sem cônjuge	2.152.912	3,0	2.172.911	3,0
Chefiados por homem sem cônjuge	1.586.543	2,2	1.661.343	2,3

(Continua)

(Continuação)

	2019		2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Casal homossexual	188.372	0,3	257.975	0,4
Outros arranjos	1.658.875	2,3	1.596.306	2,2
Total	28.741.253	40,6	28.836.832	40,3

Fonte: IBGE, 2022.

Os domicílios com maior número de moradores foram os monoparentais com filhos com mais de 18 anos, tanto femininos quanto masculinos, nos dois anos considerados, destacando-se os femininos. O número de filhos e de parentes é maior nos arranjos femininos. Nos dois casos, não se observaram diferenças no número médio de filhos segundo a idade deles: a diferença observada foi com relação ao sexo do chefe do arranjo. Já o número de parentes é maior naqueles domicílios com filhos com 18 anos ou mais, tanto femininos quanto masculinos. Apesar de a classificação desse arranjo assumir que os filhos já deveriam ter 18 anos ou mais, encontrou-se que 15,5% da população dos monoparentais femininos e 10,7% dos masculinos tinham menos de 15 anos. É possível que sejam netos, como se viu nos arranjos com casais do tipo consolidação e saída (tabela 8).

TABELA 8
Algumas características das famílias brasileiras monoparentais (2019 e 2020)

	Monoparental feminina				Monoparental masculina			
	Filhos com menos de 18 anos		Filhos com mais de 18 anos		Filhos com menos de 18 anos		Filhos com mais de 18 anos	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Tamanho médio	2,9	2,9	3,3	3,2	2,7	2,6	3,0	3,0
Número médio de filhos	1,6	1,6	1,6	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4
Número médio de parentes	0,2	0,2	0,7	0,6	0,2	0,2	0,5	0,6
Pessoas que trabalham (%)	82,0	78,7	81,2	78,2	89,2	89,8	83,8	80,6
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,1	0,1	0,5	0,5	0,2	0,2	0,5	0,5
Idade média do chefe	36,3	36,4	58,1	58,0	43,5	44,0	62,0	62,2
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	41,0	43,8	23,8	25,6	32,3	31,7	21,6	22,7
Proporção da renda que depende do chefe (%)	83,0	84,5	51,5	52,0	91,3	88,6	63,0	59,5
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	0,6	0,6	1,0	0,9	0,9	0,9	1,2	1,2

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

Observou-se que o rendimento médio mensal *per capita* das famílias monoparentais femininas com filhos menores de 18 anos eram os mais baixos entre os outros arranjos estudados; em segundo lugar, ficaram as famílias monoparentais masculinas também com filhos menores de 18 anos. Nesse caso, a dependência da renda do chefe era a mais alta, apesar de a proporção de pessoas que trabalhava também ser mais alta. Já nos arranjos com filhos mais velhos, essa dependência diminuiu, dada a contribuição da renda dos filhos e dos benefícios sociais. Estes contribuía com 39,4% e 31,0% da renda dessas famílias, femininas e masculinas, respectivamente, em 2019. Como consequência, o rendimento médio mensal *per capita* era mais elevado do que o observado naqueles com filhos menores. Não se observaram mudanças nessas características nos arranjos femininos entre 2019 e 2020. Já nas masculinas, a contribuição da renda dos filhos aumentou, a dependência da renda do chefe diminuiu, assim como a proporção das pessoas que trabalhavam, e o rendimento médio não se alterou (tabela 8).

Chama-se a atenção para o fato de que, embora as estruturas familiares sejam semelhantes e a escolaridade das chefes femininas sejam mais elevadas do que as masculinas, principalmente nas famílias com filhos menores, as monoparentais femininas apresentavam um percentual mais baixo de pessoas que trabalhavam e um rendimento médio mais baixo do que as masculinas. Essas proporções nos dois casos sofreram uma redução em 2020.

O outro grupo de arranjos considerado foi o dos unipessoais⁹ femininos formados por mulheres com 50 anos ou mais, responsáveis por 5,1% do total de arranjos brasileiros nos dois anos, o segundo em importância nesse grupo. Aí morava 1,7% da população brasileira no período, e a idade média do chefe estava em torno de 70 anos. Uma proporção elevada dessas mulheres trabalhava (93,9% e 91,1%, em 2019 e 2020, respectivamente), apesar de cerca de 70% serem beneficiárias da seguridade social. Consequentemente, apresentavam o mais elevado rendimento mensal *per capita* do grupo. As mulheres de menos de 50 anos apresentavam o maior rendimento *per capita* (tabela 9).

TABELA 9

Algumas características das famílias brasileiras unipessoais (2019 e 2020)

	Unipessoal feminina				Unipessoal masculina			
	Menos de 50 anos		Mais de 50 anos		Menos de 50 anos		Mais de 50 anos	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Tamanho médio	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Número médio de filhos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Número médio de parentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(Continua)

9. Chamam-se unipessoais os arranjos formados por homens ou mulheres apenas.

(Continuação)

	Unipessoal feminina				Unipessoal masculina			
	Menos de 50 anos		Mais de 50 anos		Menos de 50 anos		Mais de 50 anos	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Pessoas que trabalham (%)	90,9	88,3	93,9	91,1	92,2	91,4	93,4	91,5
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,03	0,02	0,7	0,7	0,02	0,02	0,5	0,5
Idade média do chefe	34,6	34,9	69,0	69,0	35,4	35,4	63,9	64,4
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	43,4	43,6	17,4	17,9	38,4	40,8	15,8	16,6
Proporção da renda que depende do chefe (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	2,3	2,3	2,2	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

Em quarto lugar estão os unipessoais masculinos com homens com menos de 50 anos, que eram responsáveis por 4,4% do total de arranjos e cerca de 1,5% da população nos dois anos. Nesses também se encontravam os mais elevados rendimentos médios *per capita* e a mais alta escolaridade do chefe. Na verdade, nessa categoria, os chefes mais jovens experimentaram altos graus de escolaridade, especialmente as mulheres. Também apresentavam o mais elevado rendimento mensal *per capita*, embora, no caso dos arranjos masculinos, o número de beneficiários da seguridade social fosse menor.

Uma extensão dessas famílias são as sem cônjuges e sem filhos, tanto masculinos quanto femininos. Foram responsáveis por 5,3% das famílias brasileiras e tinham um tamanho médio maior, dada a presença de parentes (cerca de 1,5 em cada uma). Abrigavam 4,7% da população brasileira. As chefiadas por mulheres eram mais velhas do que as por homens, já os chefes do segundo grupo tinham maior nível de escolaridade. Os rendimentos dessas famílias eram mais elevados, embora, nas femininas, a proporção de beneficiárias da seguridade social fosse mais elevada. Como observado nos demais arranjos, a proporção de pessoas que trabalhava diminuiu entre 2019 e 2020 (tabela 10).

TABELA 10
Algumas características das famílias brasileiras sem cônjuges (2019 e 2020)

	Chefiadas por mulher sem cônjuge		Chefiadas por homem sem cônjuge	
	2019	2020	2019	2020
Tamanho médio	2,6	2,6	2,6	2,7
Número médio de filhos	0,0	0,0	0,0	0,0
Número médio de parentes	1,5	1,5	1,5	1,5

(Continua)

(Continuação)

	Chefiadas por mulher sem cônjuge		Chefiadas por homem sem cônjuge	
	2019	2020	2019	2020
Pessoas que trabalham (%)	84,3	81,2	87,6	87,2
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,7	0,8	0,5	0,5
Idade média do chefe	54,9	55,3	40,2	39,4
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	28,7	30,0	42,2	46,0
Proporção da renda que depende do chefe (%)	53,4	52,8	46,3	45,9
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	1,2	1,2	1,4	1,5

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

Finalmente, o último arranjo considerado foi o formado por casais homoafetivos. Em 2010, foram identificados cerca de 67,4 mil casais, que representavam 0,1% do total de arranjos domiciliares (Camarano e Fernandes, 2014); já em 2019, essa proporção aumentou para 0,3%, conforme mostra a tabela 7, e abrigava 0,2% da população brasileira. Esses valores devem estar sendo subestimados, mas uma tendência de crescimento é esperada. Essas eram famílias jovens, formadas pelo casal, 0,4 filho e 0,1 parente e com um rendimento médio elevado, cujos chefes apresentaram uma escolaridade elevada e uma idade média de cerca de 36 anos. O percentual de pessoas que trabalhavam era alto, em torno de 88% (tabela 11).

TABELA 11

Algumas características das famílias homossexuais brasileiras (2019 e 2020)

	Casal homossexual	
	2019	2020
Tamanho médio	2,6	2,4
Número médio de filhos	0,4	0,3
Número médio de parentes	0,1	0,1
Pessoas que trabalham (%)	87,5	85,6
Número médio de pessoas que recebem aposentadoria/pensão	0,1	0,1
Idade média do chefe	35,3	36,6
Chefes com pelo menos doze anos de estudo (%)	43,3	41,1
Proporção da renda que depende do chefe (%)	50,5	57,0
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> ¹	2,5	2,3

Fonte: IBGE, 2022.

Nota: ¹ Em número de SMs.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Desde a segunda metade do século XX, as famílias brasileiras estão mudando em sua forma e significado, expandindo-se para além da estrutura nuclear e abarcando uma rede de relações de parentesco e de não parentes gerada pelos casamentos, divórcios, recasamentos (Goldani, 2004), filhos fora do casamento, uniões homoafetivas, fertilização *in vitro* etc. Novos padrões surgiram, como famílias reconstituídas, uniões homoafetivas, aumento nas taxas de divórcios/separações, de recasamentos, famílias monoparentais, casais DINC e não casamentos.

O aumento da diversidade e da fluidez nos arranjos familiares gera mais possibilidades de trocas intergeracionais igualitárias e democráticas, mas pode também provocar inseguranças e incertezas. Por exemplo, a maior instabilidade das relações afetivas, os divórcios e os recasamentos enfraquecem a capacidade das famílias nucleares de prover apoio aos seus dependentes e a revolução reprodutiva. Quando a reprodução foi separada do casamento, do sexo, da idade e do próprio ato sexual, passou a desafiar as definições tradicionais de direitos e responsabilidades de pais e filhos e a noção de parentesco (Goldani, 2004, p. 224).

Essa tendência nos arranjos familiares e na nupcialidade está associada ao novo regime demográfico, expresso pelo aumento da expectativa de vida ao nascer, pelas idades avançadas e pela baixíssima fecundidade (Camarano e Fernandes, 2014). O aumento da expectativa de vida nas idades avançadas resulta em um número maior de anos vividos pela população idosa, possivelmente parte deles com independência e autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e parte com redução da capacidade física e mental.¹⁰ Isso faz com que filhos adultos e pais idosos convivam por um tempo maior, seja coresidindo ou não. Pode-se dizer que, até este momento, a cobertura da seguridade social tem garantido aos idosos brasileiros algum poder de barganha para a garantia de seus cuidados, familiares ou institucionais (Camarano, 2017).

A queda da fecundidade leva a uma redução do número de filhos por família e ao envelhecimento acelerado da população. Pode-se esperar que as futuras coortes de mulheres idosas terão cada vez menos filhos e uma parte delas, nenhum. A escolha por não ter filhos é cada vez mais socialmente aceita. Somam-se a isso as mudanças no papel social da mulher, provocadas, entre outras coisas, por sua maior participação no mercado de trabalho, que resulta em uma “escassez” de mão de obra feminina gratuita para as tarefas domésticas e de cuidado. Migração de filhos, o sucesso/fracasso econômico ou dificuldades da economia local podem afetar os padrões de apoio e suporte e as expectativas dos familiares em receber e fornecer o suporte na idade avançada.

10. Estimativas de Camarano (2017) apontam que, em média, os homens passam 4,2 anos demandando cuidados prolongados, e as mulheres, 4,7.

Pelo que se viu, embora apresentando uma tendência decrescente, o modelo predominante de arranjo das famílias brasileiras tem sido o do tipo casal com filhos, que, em 2020, respondeu por 44,2% do total. Entre 2019 e 2020, essa proporção e a correspondente à população aí residente ficou aproximadamente constante. As mudanças mais expressivas foram o aumento da chefia feminina, apesar da redução das mulheres que trabalhavam e da população ocupada como um todo, o que se verificou em todos os arranjos. O número de pessoas que recebiam algum benefício social quase triplicou nessas famílias, mas não impediu a redução do rendimento familiar médio *per capita*. É provável que a perda de trabalho tenha incidido mais sobre os grupos mais pobres, pois grande parte da classe média mais escolarizada pôde trabalhar em casa.

Além de predominante, esse arranjo é o que apresenta um dos mais baixos rendimentos domiciliares *per capita*, especialmente aqueles com filhos pequenos (em formação), pois contavam com o menor número de pessoas na PEA, apesar de os chefes serem os mais escolarizados. Já foi mostrado na literatura que as famílias mais pobres são as que contam com filhos pequenos porque têm fecundidade mais alta (Gandra, 2021; Camarano e Fernandes, 2014; Leone, Maia e Baltar, 2010; Barros, Mendonça e Santos, 1999). Sakamoto (2014) encontrou que as mudanças na composição dos arranjos familiares tiveram um impacto positivo sobre a renda domiciliar *per capita*, especialmente nas áreas urbanas. As mudanças mais expressivas foram a redução da proporção dos casais com filhos e o aumento na proporção dos casais sem filhos. Camarano e Fernandes (2014) também observaram que a redução da proporção de famílias com filhos pequenos, famílias na etapa de início, de expansão e das monoparentais com filhos levou a uma diminuição na proporção de famílias pobres.

A presença de crianças pequenas nos domicílios requer que os dois pais trabalhem, o que reforça a necessidade de políticas de cuidados para essas crianças, tanto para liberarem os pais para o trabalho quanto como investimento em capital humano. A política de cuidado pode vir a ser, também, uma política de redução de pobreza.

Na análise dos arranjos familiares segundo o ciclo de vida, observou-se que a maior proporção deles, 18,4%, estava na etapa de consolidação e saída de casa. Aí residia aproximadamente um quarto da população brasileira (26,1%) e 1,8 filho em média por domicílio. Cerca de 20% dos moradores desses domicílios eram filhos de 20 a 29 anos, com uma alta predominância de homens, sugerindo dificuldades deles na saída da casa dos pais. Esse resultado é consistente com o observado na terceira seção, no caso das famílias formadas por casal com filhos.

Rocha e Rezende (2023) apontam para a importância de os filhos poderem contar com suporte familiar, que inclua escolaridade, qualificação, afeto etc., no

seu processo de transição para a vida adulta. Apesar de a mortalidade de crianças e jovens pela covid-19 ter sido baixa, a pandemia impactou-os pelo aumento da inatividade e de jovens desalentados, que não acreditavam na possibilidade de encontrar um emprego. A crise gerada afetou não só o mercado de trabalho, mas também interrompeu o processo de construção de habilidades, como a continuidade da educação e da formação profissional, que são fundamentais para ampliar as chances de os jovens conquistarem a sua autonomia.

Um relatório sobre desenvolvimento humano do Banco Mundial¹¹ mostrou que a pandemia de covid-19 destruiu o capital humano em momentos críticos do ciclo de vida, especialmente na infância e na adolescência, em países de renda baixa e média. Apontou que as crianças de 0 a 5 anos foram as que sofreram as maiores perdas, pois o desenvolvimento humano é cumulativo. Essas perdas podem repercutir severamente ao longo da vida. As aulas presenciais foram suspensas por 5,9 meses, em média, o que representa uma perda de aprendizagem de 6,2 meses. O Brasil foi um dos países com o maior tempo de escolas fechadas, segundo o relatório (dez meses, em média).

Além disso, o documento chama atenção também para a evasão escolar no caso brasileiro, que aumentou após a reabertura das escolas. Dados do Censo Escolar de 2022 mostraram que a proporção de crianças matriculadas em pré-escola (4 a 5 anos) diminuiu durante a pandemia. Em 2019, 92,9% da população dessa faixa etária estava na escola; em 2022, a cobertura diminuiu para 91,5%. Dados da PNAD Contínua apontaram para 400 mil crianças e adolescentes, de 4 a 18 anos, que deixaram de ir à escola após a retomada das aulas presenciais, em 2021. Ainda que alerte para consequências mais severas para as crianças pequenas, o estudo também destaca que é preciso desenvolver políticas para apoiar os adolescentes. Ressalta que, durante a pandemia, aumentou em todo o mundo o número de jovens de 15 a 24 anos que deixaram os estudos, mas também não conseguiram trabalho. São os chamados *nem-nem*,¹² apontados no trabalho de Rocha e Rezende (2023).

Apesar da classificação do arranjo na etapa de consolidação e saída de casa assumir que os filhos mais velhos já deveriam ter 18 anos ou mais, encontrou-se que 12,1% da população aí residente tinha menos de 15 anos, podendo ser filhos menores e/ou netos. Se assim for, isso parece “paradoxal”, dado que os arranjos estavam na etapa de saída dos filhos de casa e eles não estavam saindo, ou então retornando com netos. Com isso, os ninhos não vão se esvaziar ou vão se encher novamente. A saída da casa dos pais afeta a mudança desse arranjo na transição

11. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/02/criancas-de-ate-5-anos-podem-ter-perdido-25-da-renda-que-teriam-na-vida-adulta-com-a-pandemia.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

12. Não estudam e não trabalham.

para os ninhos vazios.¹³ Soma-se a isso a constatação de que, nos arranjos monoparentais com filhos maiores de 18 anos, em 15,5% dos femininos e 10,7% dos masculinos, encontravam-se crianças com menos de 15 anos. Camarano e Ghaouri (2003) e Vieira e Rava (2010) chamam a atenção para uma nova fase do ciclo da vida, o “ninho cheio” ou “que não se esvazia”, quando a família permanece toda residindo conjuntamente. Será que essa é uma tendência que veio para ficar?

Segundo Reher (2007), baseado no caso espanhol, quando os pais sustentam os filhos por um longo período de tempo, não conseguem fazer uma poupança suficiente para arcar com as despesas da velhice. Se isso também acontecer no Brasil, e com uma tendência crescente de filhos adultos permanecerem em casa, pergunta-se: como esses pais viverão a sua velhice?

No entanto, apesar de dominante, “o modelo patriarcal de família, caracterizado pelo arranjo composto por pai, mãe e filhos que convivem sob a égide da autoridade do primeiro sobre os demais, está em crise” (Perucchi e Beirão, 2007, p. 66). Esse modelo tem passado por transformações com uma maior autonomia de seus membros, uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o declínio da autoridade dos pais. Aproximadamente um milhão de crianças viviam em famílias homoafetivas em 2020. Avanços nas condições de saúde e na seguridade social têm levado os idosos a manter a independência por períodos mais longos. Esses avanços têm acarretado, também, mudanças dos seus papéis na família: os que eram considerados membros dependentes têm assumido o papel de provedores, enquanto adultos desempregados têm perdido a sua autonomia econômica, e jovens têm tido dificuldades em conquistá-la (Gandra, 2021; Camarano *et al.*, 2004; Camarano, 2010).

Em contrapartida, todas as demais formas de arranjos aumentaram a sua importância no total. Relativamente falando, o maior aumento foi verificado nos domicílios formados por mulheres vivendo sozinhas, que passou de 4,9% para 6,9%, entre 2010 e 2020, seguido dos formados por homens sozinhos. Ou seja, seriam “não famílias”. Em 2020, 10,6 milhões de brasileiros moravam sozinhos, dos quais 42,9% eram idosos e quase dois quartos destes eram mulheres. Já entre os homens sozinhos, predominavam aqueles que tinham entre 30 e 59 anos.

O envelhecimento leva a um aumento da proporção de mulheres viúvas e separadas, que apresentam maiores dificuldades de se recasarem comparativamente aos homens e podem estar optando por viverem sós em vez de morarem com filhos (Camarano e Fernandes, 2014). Essa tendência pode ser resultado de uma escolha e de condições favoráveis de renda/autonomia por parte delas, mas pode

13. Essa situação já vem sendo observada nas famílias brasileiras há algum tempo (Camarano e Ghaouri, 2003; Camarano *et al.*, 2006).

vir a representar uma demanda por cuidados não atendida e pressionar familiares não residentes, bem como políticas públicas e/ou o mercado privado.

Se forem somados os arranjos formados por mulheres sozinhas com os constituídos por mães com filhos sem cônjuges e por mulheres sem cônjuges e sem filhos, mas com parentes, o percentual alcança 25,1%, ou seja, um quarto das famílias brasileiras. Esse movimento é consequência de mudanças no papel social das mulheres, reforçado pelo envelhecimento da população e pelo aumento dos divórcios/separações. Essas mudanças têm levado não só a uma redução acentuada da fecundidade, mas, também, a uma escassez de cuidadores familiares/domiciliares gratuitos.

Outra tendência em curso no país é o crescimento dos arranjos estendidos ou o crescimento de famílias de mais de duas gerações. Entre 1992 e 2002, Beltrão, Camarano e Mello (2005) observaram um crescimento nessa proporção, de 17,5% para 19,3%. Essas famílias são compostas, principalmente, por chefe idoso, filhos e netos. Marcondes (2017) encontrou que, em 1970, 17% dos brasileiros residiam em domicílios em que coabitavam casal, filhos e outros parentes, proporção que passou para 25% em 2010. A autora aponta ainda que, no Brasil, domicílios compostos por avós e netos, sem a presença de qualquer um dos pais biológicos, têm apresentado leve crescimento nas últimas três décadas. Isso pode ser resultado de emigração desses pais e/ou mortalidade precoce destes. Isso já foi verificado na África Subsaariana, dada a alta mortalidade de jovens mulheres pela Aids (Camarano e Ghaouri, 2003).

As variações na renda dos pais e dos filhos desempenham um papel importante na decisão de coresidir. Na medida em que buscam o bem comum, não há dúvida de que os laços de obrigação, lealdade e confiança se fortalecem. Em geral, os arranjos estendidos contam com uma proporção de idosos e de crianças mais elevada que os demais arranjos, como resultado da coresidência (Gandra, 2021; Wajnman, 2012; Camarano, 2010; Camarano *et al.*, 2004; Beltrão, Camarano e Mello, 2005).

Esse padrão de coresidência e suporte intergeracional está associado, entre outras razões, à redução de oportunidades econômicas para a população jovem nos últimos vinte anos e aponta para um novo papel do idoso na família e na sociedade. Esse novo papel está associado ao aumento da participação do seu rendimento nos orçamentos familiares, dada a ampliação do acesso aos benefícios da seguridade social (Saad, 2004; Camarano *et al.*, 2004; Coutrim, 2006; Camarano, 2017). Nesse caso, é possível pensar que se está diante de um fluxo descendente de transferências intergeracionais; das pessoas mais velhas para crianças e jovens. Isso pode ser resultado, de um lado, das diversas crises econômicas pelas quais tem passado o país e, de outro, de mudanças na nupcialidade. Ou seja, essas famílias podem

estar constituindo-se em um abrigo para os desempregados e suas famílias, bem como para os separados e seus filhos. Embora em menor proporção, cerca de 12% das mulheres idosas moravam com filhos ou outros parentes na sua dependência, seja financeira, física ou cognitiva. No entanto, muitas vezes, os idosos que moram com filhos, mesmo dependendo de cuidados, prestam uma contribuição financeira importante no orçamento das famílias (Camarano, 2017).

Os arranjos estendidos que continham parentes foram responsáveis por 18,2% dos arranjos familiares brasileiros em 2020 e abrigavam um quarto da população brasileira; a sua importância diminuiu em relação a 2019, quando era de 18,8%. Os parentes nesses domicílios eram responsáveis por cerca de 10% da população brasileira, dos quais dois terços tinham menos de 30 anos, ou seja, parece que as pessoas mais novas são as maiores beneficiárias. A presença de crianças na condição de parentes nos arranjos estendidos pode sugerir serem netos, filhos dos filhos adultos. Entre os idosos na condição de parentes, predominavam as mulheres, conforme aponta a literatura.

Embora pequena, a redução da proporção de arranjos com parentes pode significar uma redução do apoio familiar, seja para as crianças, seja para os idosos. De alguma forma, esse apoio foi afetado pela alta mortalidade por covid dos idosos brasileiros. Em 2020, foram 157.310 idosos que perderam a vida para esse vírus e que contribuíam, em média, com 68,5% da renda dos domicílios onde viviam, o equivalente a 35,0% dos domicílios brasileiros (Camarano, 2021).

Em contrapartida, a vulnerabilidade dos idosos aos riscos de complicações da covid pode ter restringido a coresidência entre diversas gerações, mesmo no caso de restrições de renda de algum familiar. Isso colocou esses idosos em uma situação de maior vulnerabilidade e demanda por cuidados não familiares. Observou-se, na terceira seção, um envelhecimento das famílias do tipo casal sem filhos, provocado, provavelmente, pela saída dos parentes mais jovens. Esse comportamento é diferente do que se espera para as famílias latino-americanas. O esperado era que se unissem nas crises para a proteção dos seus membros, mas a crise sanitária provocada pela covid-19 exigiu o isolamento das pessoas, principalmente das idosas.

No primeiro ano da pandemia, o percentual de famílias com filhos residentes, sejam bi ou monoparentais, aumentou ligeiramente, passando de 61,5% para 61,7%, mas diminuiu a proporção de famílias estendidas nesse grupo, assim como nos demais. À exceção dos arranjos formados por mulheres sozinhas, em todos se observou um crescimento no número de beneficiários de programas sociais (embora o tipo de benefício não esteja especificado, provavelmente foi o Auxílio Emergencial). Segundo Rocha e Rezende (2023), a cobertura do Auxílio Emergencial e do Programa Bolsa Família foi abrangente para a população

jovem em 2020, alcançando cerca de 80% dos jovens nem-nem desencorajados e dos envolvidos em cuidados e afazeres domésticos e aproximadamente 60% dos nem-nem desocupados e dos que estavam nessa situação por problemas de saúde, incapacidade ou gravidez. Gandra (2021) concluiu que o auxílio parece ter cumprido seu papel como política pública, mostrando-se fundamental para a manutenção da renda entre os 10% mais pobres da população em qualquer tipo de arranjo domiciliar.

Também tem se observado no Brasil uma tendência de crescimento de domicílios unipessoais (Camarano e Fernandes, 2014; Camarano e Kanso, 2010). Mas, entre 2019 e 2020, observou-se uma pequena redução na proporção desses arranjos, o que pode ser resultado de uma volta de filhos para a casa dos pais durante a pandemia. A pandemia impactou o mercado de trabalho e levou, em todos os arranjos, a uma diminuição no número de pessoas que trabalhavam, especialmente mulheres, e a uma redução no rendimento médio mensal *per capita*, apesar do aumento no número de pessoas que recebiam benefícios sociais.

Sintetizando, pode-se dizer que a pobreza das famílias está associada à presença de crianças e adolescentes. Essa presença, com a ausência de políticas de cuidados para esses grupos, afeta o tempo livre das famílias, particularmente das mães, sobre as quais recaem as maiores responsabilidades de cuidado. A possibilidade de compartilhar as atividades de cuidado de crianças com o Estado e/ou o mercado privado é uma condição importante para liberar as mulheres para as atividades remuneradas e reduzir a pobreza dessas famílias. Na pandemia, além da diminuição das pessoas ocupadas, observou-se uma redução na taxa de escolaridade. Ou seja, o tempo fora da força de trabalho não foi aproveitado para construir capital humano, o que gera preocupações. “Esses efeitos negativos podem persistir por uma década”, segundo o relatório do Banco Mundial.¹⁴

Outra tendência que vem se reforçando é o fato de as mulheres estarem passando cada vez mais de um “recurso invisível a um recurso escasso” para a gestão do cuidado (Goldani e Lazo, 2004, p. 12). Deve-se reconhecer que o crescimento da participação feminina nas atividades femininas não exclui nem se contrapõe à necessidade de cuidados realizados por parte das mulheres, até porque sempre vão existir riscos sociais, em especial os relacionados à maternidade, que devem ser cobertos por elas. Além disso, nenhum país do mundo conseguiu até o momento oferecer cuidados não familiares para toda a sua população. Não se trata, portanto, de um debate do cuidado *versus* o direito ao trabalho, sendo necessário que ambos estejam igualmente disponíveis para homens e mulheres. Também é importante

14. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/02/criancas-de-ate-5-anos-podem-ter-perdido-25-da-renda-que-teriam-na-vida-adulta-com-a-pandemia.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

reconhecer e valorizar o trabalho da família cuidadora, recompensá-la, capacitá-la, apoiá-la e inseri-la no sistema de seguridade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, as famílias brasileiras são caracterizadas pela diversidade de arranjos e fragilidades, o que as faz lidarem de maneiras distintas com os efeitos das várias crises, como a dos jovens, a do envelhecimento, a do déficit de cuidado e a da pobreza, incluindo a mais recente, gerada pela pandemia. A forma de lidar depende dos recursos humanos, financeiros e de tempo disponíveis dentro de cada arranjo familiar.

A pandemia reforçou a importância e a urgência de políticas públicas não só para cuidados e redução da pobreza, mas também para investimentos em capital humano a fim de minimizar as perdas. As políticas de cuidados deveriam ser vistas como um eixo central de uma política de bem-estar. Isso requer considerá-las como um bem público e parte da responsabilidade social coletiva. Essa forma de tratar a questão constitui uma mudança de paradigma, com o entendimento de que não se pode falar de bem-estar sem incluir a provisão de cuidados. Ao mesmo tempo, entende-se que essa provisão não pode estar apenas sob a responsabilidade das famílias, nem ser feita apenas pela via do mercado privado, devendo ser objeto de uma política pública estruturada e coordenada pelo Estado. A criação e o fortalecimento de políticas públicas de cuidados contribuem para a redução da pobreza por esta ser uma atividade altamente intensiva em mão de obra e podem, por exemplo, liberar os familiares para o mercado de trabalho, nos domicílios em que há pessoas dependentes de cuidados.

A diversidade das famílias aqui apresentada aponta para uma dificuldade na manutenção do contrato social tradicional, que atribui às mulheres da família a grande responsabilidade pelas atividades de cuidado. No entanto, as políticas públicas continuam a utilizar o casal heterossexual com (poucos) filhos como a família-modelo. As transformações aqui discutidas acarretam mudanças nos contratos familiares intergeracionais, que o Estado não pode ignorar, como ocorre quando se assume que é dever da família cuidar dos idosos em idade avançada. As famílias de maior poder aquisitivo repassam para o mercado privado essa função. Portanto, cabe ao Estado um papel importante na redução das desigualdades entre as famílias brasileiras, especialmente no retorno ao novo normal.

De maneira geral, pode-se afirmar que as famílias com crianças e adolescentes têm mais dificuldades no enfrentamento às diversas crises, por ter menos indivíduos com disponibilidade para trabalhar e obter renda. Isso se acentua no caso das monoparentais, em sua grande maioria chefiadas por mulheres, que muitas vezes são as únicas pessoas responsáveis tanto economicamente quanto

pelo cuidado de seus filhos. Somam-se a isso o fato de essas mulheres estarem super-representadas em empregos de baixa remuneração e os desafios educacionais e de cuidado com as crianças que não frequentaram a escola durante o auge da pandemia (Gandra, 2021). Na ausência de políticas públicas, pode-se esperar uma redução no capital humano, que pode reduzir os ganhos no decorrer da vida das crianças e jovens que vivenciaram a pandemia e aumentar a desigualdade social nas próximas décadas.

Vários trabalhos (Camarano *et al.*, 2004; Saboia, 2004) já mostraram a importância da renda da seguridade social na redução da pobreza dos idosos e de suas famílias e também como uma forma de garantir-lhes algum cuidado, seja familiar ou institucional. Mas qualquer mudança no sentido da sua deterioração pode comprometer o poder de barganha desses idosos. O Auxílio Emergencial também tem apresentado um resultado imediato ao proteger os mais pobres, as famílias monoparentais e os idosos. Mas outras questões devem ser enfrentadas, como ajudar a família a cuidar. Sem dúvidas, a licença-maternidade e a licença parental são importantes, mas isso não dispensa a oferta de serviços como creches, cuidado domiciliar formal, centros-dia, instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), regimes de trabalho diferenciados para o cuidador familiar principal etc.

Segundo Friedman, 2014¹⁵ *apud* Shafik (2021),

apenas uma crise – real ou percebida – produz mudanças verdadeiras. Quando a crise ocorre, as ações dependem das ideias predominantes. Acredito que esta seja a nossa função básica: desenvolver alternativas para políticas públicas vigentes, mantê-las vivas e disponíveis até o politicamente impossível, se tornar o politicamente inevitável.

“Quem sabe faz a hora”¹⁶ e, voltando à epígrafe deste trabalho, que esta seja a hora de definir políticas para que as famílias se tornem um espaço a ser cuidado e não um espaço apenas de oferta de mão de obra gratuita e/ou um mercado para o setor privado.

REFERÊNCIAS

ANXO, D. *et al.* **Time allocation between work and family over the life-cycle: a comparative gender analysis of Italy, France, Sweden and the United States.** Bonn: IZA, 2007. (Discussion Paper, n. 3193).

ARRIAGADA, I. Transformaciones sociales y demográficas de las familias latino-americanas. **Papeles de Población**, v. 10, n. 40, p. 71-95, 2004.

15. Friedman, M. *Capitalismo e liberdade*. Prefácio à edição de 1982. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

16. Trecho da música *Para Não Dizer Que Não Falei das Flores*, de Geraldo Vandré.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros**: resultados não esperados dos avanços da seguridade rural. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1066).

BRUMER, A. **Gender relations and rural social security in Brazil**. 2001. Mimeografado.

BURES, R. M. Living arrangements over the life course: families in the 21st century. **Journal of Family Issues**, v. 30, n. 5, 2009.

CAMARANO, A. A. **Brazilian population ageing**: differences in well-being by rural and urban areas. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 878).

_____. **Cuidados de longa duração para a população idosa**: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

_____. **Cuidados para a população idosa**: demandas e perspectivas. 2017. Mimeografado.

_____. Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. *In*: PINHEIRO, L.; PEREIRA, C.; POSTHUMA, A. C. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: Ipea; OIT, 2021.

_____. **Notas para um debate sobre cuidados**: crises, desequilíbrios e contratos sociais. 2023. Mimeografado.

CAMARANO, A. A. *et al.* Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 137-168.

_____. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 199-223.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico**: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, A. A.; GHAOURI, S. K. E. **Famílias com idosos**: ninhos vazios? Rio de Janeiro: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 950).

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

COUTRIM, R. M. E. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 367-390, 2006.

GANDRA, J. Covid-19, diversidade das famílias e desigualdades. *In*: ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS; UNFPA – FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População e desenvolvimento em debate: impactos multidimensionais da pandemia da covid-19 no Brasil**. Campinas: Abep; UNFPA, 2021.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de bem-estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 211-250.

GOLDANI, A. M.; LAZO, A. C. G. V. Brasil: desafios de las políticas para las familias. *In*: CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces**. Santiago do Chile: CEPAL, 2004. p. 265-303.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Notas técnicas: informações referentes à coleta do mês de abril de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101810>>.

_____. **Dicionário de microdados**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.

_____. **Dicionário de microdados**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2019 (Microdados da amostra)**. IBGE, 2022c.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2020 (Microdados da amostra)**. IBGE, 2022d.

ITABORAÍ, N. R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero**. 2015. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LEONE, E. T.; MAIA, A. G.; BALTAR, P. E. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 59-77, 2010.

LESTHAEGHE, R. La deuxième transition démographique dans les pays occidentaux: une interprétation. *In*: TABUTIN, D. **Transitions démographiques et sociétés**. Brussels: Editions Academia-Harmattan, 1995. p. 133-188.

MARCONDES, G. Arranjos domiciliares multigeracionais: perfil e aportes em domicílios compostos por avós e netos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2017, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Abep, 2017. p. 1-16.

MEDEIROS, M. **A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 699).

MIOTO, R. C. T. Que família é essa. *In*: WANDERLEY, M. B.; OLIVEIRA, I. C. (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**, v. 2. São Paulo: IEE-PUC/SP, 2004.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicologia Clínica**, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007.

REHER, D. S. Towards long-term population decline: a discussion of relevant issues. **European Journal of Population**, v. 23, p. 189-207, 2007.

ROCHA, E.; REZENDE, V. Entre o cuidar e o direito de ser cuidado: os jovens nem-nem e os cuidados no contexto da pandemia da covid-19. **Cuidar: verbo transitivo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

SAAD, P. M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 169-209.

SABOIA, J. Benefícios não contributivos e combate à pobreza de idosos no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 353-410.

SAKAMOTO, C. **Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SHAFIK, M. **Cuidar uns dos outros: um novo contrato social**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

VIEIRA, A. C. S.; RAVA, P. G. S. Ninho cheio: uma nova etapa do ciclo vital familiar? **Barbaroi**, n. 33, p. 118-134, 2010.

WAJNMAN, S. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. 2012. Tese (Professor titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

